



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 5/2023, em que é recorrente **Djanine Gomes Rosa** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 78/2023

(Autos de Amparo 5/2023, Djanine Gomes Rosa v. TRB, Aperfeiçoamento por obscuridade na indicação do ato judicial impugnado e de identificação das condutas cujo escrutínio pretende que o TC promova)

I. Relatório

1. O Senhor Djanine Gomes Rosa, não se conformando com o *Acórdão 218/2021-2022* do TRB que negou provimento a recurso interposto contra decisão do Tribunal da Comarca de Boa Vista, vem requerer amparo, por razões que racionaliza da seguinte forma:

1.1. Quanto à admissibilidade, que:

1.1.1. Ele foi notificado no dia 27 de julho de 2022;

1.1.2. De punho próprio, depois dessa notificação, a 17 de agosto de 2022 dirigiu um requerimento/recurso ao STJ;

1.1.3. Este recurso, entregue na secretaria do STJ, foi remetido ao TRB para a devida instrução;

1.1.4. O mandatário judicial em simultâneo e conhecedor da técnica adequada interpôs recurso de amparo junto do Tribunal Constitucional no dia 25 de agosto de 2022, recurso este que não foi admitido, através do *Acórdão 48/2022*, com fundamento de que estaria pendente aquele requerimento/recurso de 17 de agosto de 2022;

1.1.5. Tal recurso, recebido pelo TRB, terá merecido do mesmo despacho de não-admissão no dia 5 de setembro de 2022, decisão esta notificada exclusivamente ao recorrente;

1.1.6. Alicerçado no princípio da ampla defesa e no direito a ser acompanhado por um mandatário ínsito no artigo 142, número 2, do CPP, requereu ao TRB a notificação do despacho que não admitiu o recurso do requerente, tendo recebido comunicação desse órgão que não satisfez o seu pedido;

1.1.7. Considerando o prazo de 20 dias previsto para se interpor um recurso de amparo o mesmo estaria em tempo, haja em vista a existência do recurso para o TRB, cuja “recusa” lhe foi comunicado no dia 9 de janeiro de 2023;

1.1.8. O órgão que praticou o ato do qual não se conformou, tendo em conta a pena aplicada inferior a oito anos, é a última instância hierárquica de recurso nos termos dos artigos 437, número 1, alínea i) e 470-C, número 1, alínea c), do CPP, estando desta forma esgotadas as vias de recurso ordinário;

1.1.9. A legitimidade do recorrente seria inquestionável, pois é o visado pelo acórdão ora posto em crise e a legitimidade do TRB, também seria pacífica, visto que foi a entidade que proferiu o referido acórdão.

1.2. Quanto aos atos, factos ou omissões violadores dos direitos, liberdades e garantias:

1.2.1. Diz que o recorrente foi julgado pelo Tribunal da Comarca da Boa Vista e condenado a uma pena de seis anos e seis meses de prisão;

1.2.2. Não se conformando, apresentou recurso para o TRB;

1.2.3. Entende que a decisão da primeira instância, sufragada pelo tribunal recorrido, viola o princípio constitucional da presunção da inocência, a um processo justo e equitativo e à liberdade sobre o corpo, porque concluiu pela ocorrência dos abusos com base apenas nas declarações da menor, sem qualquer prova ou elementos probatórios que as corroborariam, quando o arguido negou terminantemente a prática dos factos;

1.2.4. Porque os factos dados como provados tiveram apenas como suporte as declarações da ofendida que não foram sustentadas – nem sequer indiciariamente – por qualquer outro meio de prova, mesmo havendo parecer do MP pugnando pela sua absolvição por falta de provas;

1.2.5. Entende que se o tribunal recorrido tivesse feito uma análise crítica das provas carreadas para os autos e uma ponderação equilibrada das declarações da ofendida vs. declarações do arguido, ancorando-se no princípio constitucional e legal da presunção de inocência, o teria absolvido da prática dos crimes de que vem condenado;

1.2.6. Ademais, teria sido o próprio acórdão recorrido que, na sua fundamentação, teria dito que a ofendida teria dúvidas quanto à existência ou não das investidas sexuais do recorrente;

1.2.7. Pelo que, não existindo um juízo de certeza sobre a prática dos factos, como o próprio acórdão recorrido reconheceria, deveria valer o princípio constitucional e legal da presunção da inocência, de que é corolário o princípio *in dubio pro reo*;

1.2.8. Assevera que os factos dados como provados não teriam sido presenciados nem pela ofendida, nem por qualquer das testemunhas ouvidas em audiência, e se nem as testemunhas viram o arguido a praticá-los, os mesmos foram incorretamente julgados como provados, e diz que em se tratando de crime de natureza pessoal, não poderiam relevar aqui quaisquer indícios;

1.2.9. Acrescenta que foi extrapolado o princípio da livre apreciação da prova ao dar-se absoluta relevância ao depoimento da ofendida sem antes fazer-se um escrutínio da existência de um móbil de ressentimento, inimizade, vingança, afrontamento, interesse ou de qualquer outra índole;

1.2.10. E que a condenação do recorrente teria resultado apenas de um juízo de maior probabilidade e não de uma certeza absoluta sobre a sua culpabilidade, sendo certo que é o próprio acórdão recorrido em várias passagens a apresentar este raciocínio de forma expressa, quando diz que se determinado facto não tenha ficado provado, tal não significaria dizer que não tenha ocorrido. Pois que “[s]ustentar uma condenação com base na conclusão ‘volta-se a lembrar o recorrente que facto não provado não é o mesmo que não acontecimento de facto, ou seja, a não prova de um facto não que[r??] significar que

não tenha acontecido, apenas quer dizer que o facto não se provou em julgamento, o que é diferente' é ostensivamente arbitr[á]ri[o]”.

1.2.11. Sendo que seria irracional e arbitrário do ponto de vista do processo penal dizer que a falta de prova não implica necessariamente a não ocorrência de facto, mas sim apenas falta de prova;

1.3. Nas suas conclusões retoma basicamente as mesmas questões;

1.4. Pede que o recurso de amparo seja admitido e julgado procedente, concedendo-se ao recorrente o amparo constitucional dos seus direitos à presunção da inocência, a um processo justo e equitativo e à liberdade sobre o corpo, anulando a condenação imposta ao recorrente ou, se assim não for entendido, que se determine que o TRB proceda à notificação do despacho de 9 de setembro de 2022.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito, através de peça assinada pelo Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República, formulada, no essencial, nos seguintes termos:

2.1. O recorrente requer amparo dos seus direitos constitucionalmente consagrados de presunção da inocência, a um processo justo e equitativo e a liberdade sobre o corpo, constituindo estes em direitos e garantias reconhecidos na Constituição e suscetíveis de amparo constitucional;

2.2. Quanto à tempestividade, efetivamente o recorrente estaria provido, porquanto parece ser pessoa direta, atual e efetivamente afetada pela decisão que não atendeu à sua pretensão;

2.3. Contudo, entende que a petição não cumpriria os requisitos estatuídos nos artigos 3, 5 e 8 da Lei do Amparo;

2.4. Pois, “o recorrente refere que vem recorrer do despacho notificado no dia 09.01.2023, cuja cópia foi junta como Doc. I a fls. 10 dos autos, ou seja, do despacho que [recusou??] notificar o seu mandatário do despacho que não admitiu o recurso de amparo por ele interposto”;

2.5. Pelo que “[d]esta feita, afigura-se-nos que a decisão impugnada (ou que deveria tê-lo sido) era o despacho que recaiu sobre o requerimento de pedido de amparo por parte do arguido, e, por conseguinte, os fundamentos invocados para pedir amparo dos direitos eventualmente violados e a reposição dos mesmos, tinham que recair sobre este despacho, e não sobre qualquer outro”;

2.6. Diz que, entretanto, como resulta dos autos, os fundamentos aduzidos pelo recorrente recaíram todos sobre o *Acórdão 47/2022* que confirmou a condenação do recorrente:

2.7. Por essa razão, entende que o recorrente pretende aproveitar o prazo que tinha para impugnar aquele despacho para trazer à apreciação uma decisão que já não é passível de recurso de amparo por extemporâneo;

2.8. Precisamente porque o recurso de amparo contra a decisão de condenação seria intempestivo, pelo facto de a decisão ter sido prolatada em julho de 2022 e notificada ao recorrente no dia 27 de julho de 2022, estando já ultrapassado o prazo de 20 dias para a interposição do recurso;

2.9. Por outro lado, recorrendo ao artigo 8 da Lei do Amparo, defende que “a fundamentação do recurso e o pedido devem [ser??] consentâneos, isto é, não pode o recorrente alegar a violação de um direito e pedir amparo constitucional ocorrido através de uma decisão e apresentar outra decisão completamente distinta para fundamentar o pedido, como sucedeu *in casu*”;

2.10. Pois que “com a fundamentação apresentada pelo recorrente, fica claro, que não logrou demonstrar qualquer facto com base no qual se possa sustentar para imputar ao Tribunal da Relação de Barlavento a violação dos seus direitos constitucionais da presunção da inocência, a um processo justo e equitativo e a liberdade d[o] corpo[...], através do despacho datado de 9 de janeiro”;

2.11. Arrematando que não obstante vir sendo esta a “interpretação assente do Egrégio Tribunal Constitucional de que as causas de inadmissibilidade do recurso de amparo não devem ser tão rígidas, tão severas que possam legitimar a ideia de que se quer evitar a todo o custo o acesso dos cidadãos ao Tribunal Constitucional através do recurso de amparo, parece-nos que no caso concreto, face a grande imprecisão entre o pedido e a

fundamentação, o recurso não deverá ser admitido, por não cumprir os requisitos previsto[s] no citado artigo 8.º”

2.12. Concluindo que “[d]este modo, tendo em atenção os motivos supra expostos, somos de parecer que o recurso de amparo constitucional interposto pelo recorrente, não pode ser recebido, por não cumprir com os requisitos exigidos na Lei de Amparo, devendo ser liminarmente rejeitado, ao abrigo do disposto no artigo 16.º da mesma lei”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 4 de maio, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*,

I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178,

2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão n.º 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os

procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...))”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar

através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para ampargos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários ampargos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos.

2.3.5. Contudo, dito isto, é quase impossível identificar o ato formal que o recorrente está a impugnar porque ao ler-se a peça fica-se sem saber se as condutas que pretende impugnar integram o despacho do TRB de 9 de janeiro; o despacho do juiz de turno do TRB de 5 de setembro ou o *Acórdão 218/2021-2022*, prolatado pelo mesmo órgão judicial.

2.3.6. E integrando qualquer desses atos do poder judicial, quais seriam os contornos concretos da(s) conduta(s) que pretende impugnar, pois, ao longo do texto, o que se verifica é que reage depois de notificado de um despacho de 9 de janeiro, mas a argumentação que apresenta relaciona-se essencialmente com o acórdão que confirmou a sua condenação e ao definir o amparo apresenta alternativas que se referem a duas condutas praticadas através de atos judiciais distintos.

2.3.7. Neste sentido, a obscuridade atinge a peça na sua essência, pois nem sequer permite identificar o ato formal impugnado, além de ser estrutural, na medida que não evidencia claramente a conduta do poder público judicial que se pretende impugnar. Com tal configuração é impossível ao Tribunal verificar se os pressupostos de admissibilidade estão presentes, devendo ser aperfeiçoada nesse sentido.

III. Decisão

Pelo exposto, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem determinar a notificação do recorrente para:

- a) Identificar claramente qual o ato do poder público que pretende impugnar;
- b) Apresentar com o máximo de precisão possível a(s) conduta(s) cujo escrutínio pretende que este Tribunal promova.

Registe, notifique e publique.

Praia, 12 de maio de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 12 de maio de 2023.

O Secretário,

João Borges